

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS)

Audiência Pública: impactos da reforma tributária na indústria, comércio e serviços

Foi realizada nesta terça (27) Audiência Pública no âmbito da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) da Câmara dos Deputados, sobre os impactos da reforma tributária na indústria, comércio e serviços. O evento ocorreu em atendimento ao [requerimento](#) do deputado Heitor Schuch (PSB/RS).

Estiveram presentes:

- **Gilberto Alvarenga**, consultor tributário da Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- **Mário Sérgio Carraro Telles**, gerente executivo de economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- **Tatiana Ribeiro**, diretora-executiva do Movimento Brasil Competitivo (MBC);
- **Bernard Appy**, secretário extraordinário da Reforma Tributária (SERT) do Ministério da Fazenda (MF);
- **Vitor Lippi** (PSDB/SP), deputado participante do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional na Câmara dos Deputados; e
- **Reginaldo Lopes** (PT/MG), coordenador do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional na Câmara dos Deputados.

Iniciando as discussões, **Gilberto Alvarenga**, da CNC, ressaltou a complexidade da reforma do sistema tributário, frisando a necessidade de esforços para que a carga tributária seja equilibrada, de modo que essa não pese mais para um setor. Sobre o imposto sobre valor agregado (IVA), destacou a elevada tributação sobre o consumo, sugerindo o amplo aproveitamento do crédito, já com previsão expressa no texto constitucional. Nesse âmbito, pontuou que, apesar de apoiar o debate, para as empresas prestadoras de serviço, a alíquota de 25% quase triplicaria o valor da carga tributária atual, podendo gerar impactos significativos na economia. Propôs uma alíquota mais razoável, em torno de 12%.

Mário Sérgio, da CNI, levantou a importância da reforma tributária, destacando que sua discussão já vem durando mais de quatro anos e que, portanto, reflete o que já vem sendo discutido no Congresso. Contextualizando a reforma, falou sobre as vendas do varejo no Brasil nos últimos 20 anos, mostrando seu descolamento com a produção industrial de transformação, indicando que esses produtos vêm de importações de produtos industrializados, apontando a questão da perda de concorrência da indústria nacional com a tributação elevada e alto resíduo tributário. Diante disso, indicou que tais problemáticas serão resolvidas com o direito ao crédito amplo e o fim do ISS, um imposto plenamente cumulativo.

Elogiou o texto do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), afirmando que esse aperfeiçoou a possibilidade de vinculação do crédito ao efetivo pagamento ao tributo mediante liquidação financeira da operação ou permissão para que o cliente recolha tributo no momento da compra. Sobre a complexidade e litigiosidade do sistema tributário, pontuou o papel do novo sistema em simplificar os impostos unificando alíquotas, reduzindo também diversos custos associados, como os de investimento, por meio de, por exemplo, a desoneração dos investimentos com o fim do ISS.

Por fim, apresentou estudo de que a reforma traz crescimento econômico, argumentando que, 15 anos após sua implementação, o PIB do país será 12% maior do que em um cenário sem reforma, com o crescimento da indústria, agropecuária e serviços. Assim, esclareceu a que a CNI poderá flexibilizar sua posição visando a aprovação da matéria desde que os mecanismos não comprometam os pilares da reforma, evitando-se, por exemplo, múltiplas exceções.

Em seguida, **Tatiana Ribeiro**, do MBC, também abordou o impacto da agenda da reforma para o país, destacando a redução do custo Brasil com a unificação dos tributos e redução das

obrigações acessórias, salientando também a imprescindibilidade do avanço na agenda de transparência e colaboração entre a administração tributária e o setor empresarial.

Bernard Appy, do MF, pontuou o impacto da reforma sobre o crescimento da economia por meio da simplificação do sistema, da redução do litígio e da diminuição dos custos e da insegurança jurídica. Além disso, com a reforma, espera-se aumento da competitividade e correções de distorções na forma de funcionamento da economia. Desse modo, citou ainda a atuação do projeto na resolução dos atuais problemas nesse âmbito sem um aumento da carga tributária, indicando que a reforma irá beneficiar todos os setores da economia brasileira, inclusive o de serviços.

O deputado **Vitor Lippi** (PSDB/SP) defendeu que a reforma deve acontecer no *timing* certo, durante os primeiros anos dos governos, da mesma maneira que correu com grandes reformas anteriores. Para mais, esclareceu que tanto o setor privado como a população serão beneficiados com a reforma tributária sobre o consumo, apontando seu efeito positivo em relação ao crescimento da indústria, promovendo a competitividade dos produtos brasileiros, revertendo o atual cenário de desindustrialização.

Finalizando, o deputado **Reginaldo Lopes** (PT/MG) afirmou que a reforma conta com um alinhamento suprapartidário, baseado em modelos internacionais e desvinculando-se de caráter ideológico, de forma que deve ser tratada como mecanismo que trará eficiência para a economia brasileira como um todo. Nesse sentido, frisou a necessidade do alinhamento político para sua aprovação e da convergência entre a Câmara e o Senado, além de setores empresariais. Por último, afirmou que a discussão e votação deve ter início na próxima semana ou na subsequente e disse esperar que a reforma seja aprovada com mais de 400 votos.